ISSN: 2358-8829

REPRESENTAÇÕES DAS CRIANÇAS RIBEIRINHAS

Merianne da Silva Lima [1]
Roberto Sanches Mubarac Sobrinho [2]

RESUMO

O presente artigo analisa as representações das crianças ribeirinhas amazônicas construídas pela produção acadêmica, buscando compreender quais concepções de infância predominam em pesquisas que abordam esses sujeitos e seus modos de vida. Parte-se do entendimento de que a produção científica não apenas descreve realidades, mas também produz discursos, categorias e sentidos sobre os grupos sociais investigados. O estudo fundamenta-se nos estudos sociais da infância, especialmente na compreensão da criança como sujeito social, cultural, histórico e de direitos, articulando essa perspectiva às discussões sobre território, cultura e modos de vida amazônicos. Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, bibliográfica e analítica, desenvolvida por meio de revisão da literatura e análise temática de artigos científicos, dissertações e teses que tratam de crianças e infâncias ribeirinhas no contexto amazônico. A análise considera as formas pelas quais esses trabalhos caracterizam as crianças, observando recorrências, deslocamentos e tensões presentes nos discursos acadêmicos. Os resultados evidenciam a coexistência de diferentes formas de representação, entre as quais se destacam a criança vulnerável, a criança vinculada ao território, a criança trabalhadora, a criança estudante, a criança culturalmente situada, a criança protagonista e a criança como sujeito de direitos. Conclui-se que as concepções presentes na literatura acadêmica são plurais e revelam diferentes formas de compreender e produzir discursivamente as infâncias ribeirinhas amazônicas.

Palavras-chave: Crianças ribeirinhas, Infâncias amazônicas, Representações acadêmicas, Produção científica, Sociologia da infância.

INTRODUÇÃO

Pensar as crianças ribeirinhas amazônicas exige reconhecer, antes de tudo, que não existe uma infância única capaz de representar a diversidade de experiências vividas nos territórios da Amazônia. As condições históricas, culturais, sociais, econômicas e territoriais interferem diretamente nos modos pelos quais as crianças constroem relações, participam da vida coletiva, brincam, aprendem e produzem sentidos sobre o espaço em que vivem. Alves (2020) chama atenção para a existência de uma verdadeira polifonia de infâncias na Amazônia paraense, constituída em contextos urbanos, rurais, ribeirinhos, insulares, indígenas, quilombolas e outros territórios tradicionais, indicando que a

[1]Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia - PGEDA – EDUCANORTE da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, lima_parintins@hotmail.com
[2] Professor orientador do trabalho. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, rsobrinho@uea.edu.br

ISSN: 2358-8829

pesquisa com crianças precisa considerar essas diferenças sem submetê-las a uma concepção universalizante de infância. Em direção semelhante, Correia (2025) destaca que a Sociologia da Infância contribui para compreender as crianças amazônicas como sujeitos sociais e produtores de cultura, demandando investigações que reconheçam suas experiências e suas formas próprias de participação.

Franco e Ponce (2022), ao analisarem crianças da Educação Infantil em contexto ribeirinho no município de Humaitá, no Amazonas, demonstram que os territórios possuem importante dimensão educativa e precisam ser reconhecidos na formação integral das crianças. Carmo e Santos (2024) também identificam, no Marajó paraense, as águas e as florestas como espaços de produção de saberes e de convivência social. Na mesma direção, Leal (2023) demonstra que compreender a infância ribeirinha requer considerar conjuntamente escola, comunidade, cultura, condições materiais de existência e relações estabelecidas pelas crianças com o lugar onde vivem.

Souza e Gonçalves (2025), ao realizarem um estado da arte sobre produções acadêmicas relacionadas às comunidades e escolas ribeirinhas, constataram que temas como currículo, formação de professores, políticas educacionais, saberes tradicionais, movimentos sociais e práticas escolares ocupam espaço importante nas pesquisas de pós-graduação.

Alves (2020), por sua vez, ressalta que estudar crianças amazônicas envolve escolhas teóricas, metodológicas e éticas capazes de interferir naquilo que se torna perceptível sobre suas experiências. Essas constatações permitem deslocar a pergunta sobre “como são as crianças ribeirinhas” para outra questão: “como a pesquisa acadêmica tem representado essas crianças?”.

Uma das imagens encontradas na produção científica contemporânea é a da criança ribeirinha marcada por vulnerabilidades e desigualdades. Mendes et al. (2024), em estudo sobre condições de saúde de crianças e adolescentes de comunidades ribeirinhas amazônicas, destacam problemas socioeconômicos, sanitários, territoriais e de acesso aos serviços de saúde, construindo uma abordagem na qual as condições estruturais de vulnerabilidade assumem centralidade.

Santos, Ribeiro e Fernandes (2023), ao examinarem a produção relacionada às crianças ribeirinhas com deficiência, identificam a reduzida quantidade de pesquisas sobre esse grupo e apontam situações de invisibilidade e de sobreposição de vulnerabilidades. Sob outra dimensão, Mar (2025), ao investigar infância e trabalho em

ISSN: 2358-8829

comunidades ribeirinhas de Novo Aripuanã, no Amazonas, evidencia a naturalização da participação infantil em atividades relacionadas à agricultura familiar e, simultaneamente, problematiza situações em que essa participação ultrapassa a socialização comunitária e alcança o campo da violação de direitos.

Essa representação, entretanto, convive com pesquisas que se afastam de uma leitura das crianças exclusivamente pelas carências e passam a enfatizar sua inserção cultural, seus conhecimentos, suas brincadeiras e sua capacidade de produzir significados. Andrade (2020), ao investigar narrativas de crianças ribeirinhas da Amazônia marajoara, evidencia a oralidade infantil como forma de produzir e comunicar sentidos acerca do território, demonstrando que as próprias crianças elaboram interpretações sobre o lugar onde vivem.

Brito e Marques (2021) mostram que as brincadeiras das crianças da Amazônia amapaense estão profundamente relacionadas aos saberes culturais das comunidades e que, por meio do brincar, as crianças não apenas recebem a cultura dos adultos, mas também se inserem nela e participam de sua produção. Vasconcelos e Costa (2024), ao analisarem brincadeiras de crianças de uma comunidade ribeirinha paraense, igualmente demonstram que atividades relacionadas ao rio, às árvores, às sementes, à pesca, às canoas e aos elementos naturais constituem experiências sociais significativas no desenvolvimento das crianças.

Correia (2025) sustenta que a perspectiva da Sociologia da Infância favorece justamente esse deslocamento epistemológico, no qual a criança deixa de aparecer somente como destinatária das ações dos adultos e passa a ser reconhecida como participante da vida social e produtora de cultura. Essa mudança também se relaciona às discussões de Silva e Cruz (2022), que defendem perspectivas descoloniais para pensar as infâncias e juventudes amazônicas, questionando representações da Amazônia construídas a partir de referências externas aos sujeitos e aos territórios que efetivamente a constituem.

Ao mesmo tempo, reconhecer protagonismo, territorialidade e produção cultural não significa ignorar as desigualdades enfrentadas por essas crianças. Brito e Santana (2024), ao estudarem saberes, cuidados e educação na primeira infância em comunidades tradicionais da Amazônia, demonstram que a formação das crianças ocorre por meio de redes familiares e comunitárias nas quais oralidade, conhecimentos tradicionais, cuidado e convivência entre gerações assumem funções fundamentais.

ISSN: 2358-8829

Carmo e Santos (2024), entretanto, mostram que esses mesmos territórios de formação e produção de saberes convivem com desigualdades sociais e dificuldades relacionadas ao acesso a direitos. A tensão entre potência cultural e vulnerabilidade social torna inadequadas tanto as representações romantizadas da infância ribeirinha quanto aquelas que reduzem a existência dessas crianças às ausências, dificuldades e precariedades.

Souza e Gonçalves (2025) demonstram que o levantamento e a análise da produção acadêmica permitem reconhecer tendências temáticas, referenciais e lacunas existentes em determinado campo de conhecimento, enquanto Santos, Ribeiro e Fernandes (2023) evidenciam que alguns sujeitos e experiências permanecem pouco visíveis mesmo dentro das pesquisas dedicadas às populações ribeirinhas. Diante disso, estabelece-se como questão-problema: quais concepções de infância predominam na produção acadêmica sobre crianças ribeirinhas amazônicas?

A partir dessa questão, o objetivo geral consiste em analisar as concepções de infância presentes na produção acadêmica sobre crianças ribeirinhas amazônicas, identificando as principais representações construídas acerca dessas crianças e os sentidos atribuídos às suas experiências, modos de vida e relações com o território.

De maneira articulada, pretende-se mapear produções acadêmicas dedicadas às crianças e infâncias ribeirinhas; identificar as formas pelas quais esses sujeitos são caracterizados; reconhecer recorrências e diferenças entre os estudos; e discutir em que medida as pesquisas privilegiam imagens relacionadas à vulnerabilidade, ao território, ao trabalho, à escolarização, à cultura, ao protagonismo e à condição de sujeito de direitos.

Correia (2025) e Alves (2020) reforçam a pertinência desse movimento ao defenderem abordagens capazes de compreender as múltiplas infâncias amazônicas a partir de suas especificidades, evitando interpretações que silenciem sua diversidade social e cultural.

Para alcançar esses objetivos, desenvolve-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, estruturada como revisão da literatura e estado do conhecimento.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, desenvolvida na perspectiva do estado do conhecimento. Segundo Morosini, Nascimento e Nez (2021), esse tipo de investigação possibilita mapear, organizar e analisar criticamente a produção científica existente sobre determinado objeto, permitindo identificar tendências, recorrências, lacunas e perspectivas teóricas.

O levantamento bibliográfico compreendeu trabalhos publicados entre 2020 e setembro de 2026, localizados na Scientific Electronic Library Online (SciELO), no Portal de Periódicos CAPES, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT).

Para a localização dos trabalhos, foram empregados os descritores “criança ribeirinha”, “crianças ribeirinhas”, “infância ribeirinha”, “infâncias ribeirinhas”, “criança amazônica”, “crianças amazônicas”, “infância amazônica”, “Amazônia” e “ribeirinha”, utilizados individualmente e em combinações com os operadores booleanos AND e OR.

Foram incluídos artigos científicos, dissertações e teses disponíveis integralmente, publicados no período definido e relacionados às crianças ou infâncias ribeirinhas da Amazônia brasileira. Foram excluídos documentos duplicados, resumos, editoriais, trabalhos de graduação e estudos nos quais as crianças ribeirinhas aparecessem apenas de maneira secundária.

A seleção foi realizada inicialmente pela leitura de títulos, palavras-chave e resumos e, posteriormente, pela leitura integral das produções consideradas pertinentes. Conforme Paim, Fabris e Locatelli (2023), uma revisão de literatura consistente exige mais do que a reunião de publicações, demandando leitura crítica e aproximação efetiva com o problema de pesquisa.

A interpretação do corpus foi realizada mediante análise temática. Braun e Clarke (2021) compreendem essa estratégia como um processo de identificação e interpretação de padrões de significado presentes no material analisado. Foram consideradas inicialmente as categorias “criança vulnerável”, “criança do território”, “criança trabalhadora”, “criança estudante”, “criança culturalmente situada”, “criança protagonista” e “criança sujeito de direitos”. Entretanto, essas categorias não foram utilizadas como classificações fechadas. Byrne (2022) destaca que a análise temática permite combinar categorias inicialmente orientadoras com novos sentidos identificados

ISSN: 2358-8829

durante a leitura, possibilitando a reformulação ou criação de categorias conforme os achados do corpus.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise das representações acadêmicas sobre crianças ribeirinhas amazônicas exige superar uma visão universal de infância. Correia (2025) destaca que a Sociologia da Infância compreende as crianças como sujeitos sociais e produtoras de cultura, o que implica reconhecer a diversidade das experiências infantis e os diferentes contextos nos quais elas se constituem. Na Amazônia, essa perspectiva torna-se especialmente relevante, pois as infâncias se desenvolvem em territórios marcados por rios, florestas, comunidades tradicionais, relações familiares e modos próprios de organização da vida.

Silva e Cruz (2022) contribuem para essa discussão ao relacionarem infância, território e perspectivas descoloniais. Para os autores, compreender sujeitos amazônicos requer questionar interpretações construídas a partir de referências externas aos próprios territórios. Isso permite problematizar pesquisas que representam crianças ribeirinhas apenas pela pobreza, pelo isolamento ou pela precariedade, deixando em segundo plano seus saberes, experiências, relações comunitárias e formas de participação social.

A relação entre infância e território constitui outro eixo importante. Franco e Ponce (2022) demonstram que o território ribeirinho participa diretamente das experiências educativas e sociais das crianças, não podendo ser compreendido apenas como espaço geográfico. Leal (2023) também evidencia que escola, comunidade, cotidiano e relações territoriais estão profundamente articulados na constituição da infância ribeirinha. Dessa forma, o território pode aparecer na produção acadêmica tanto como espaço de dificuldades e desigualdades quanto como lugar de pertencimento, aprendizagem e construção de identidades.

As práticas culturais e os saberes comunitários também ajudam a compreender as diferentes representações dessas crianças. Brito e Marques (2021) mostram que as brincadeiras infantis na Amazônia estão relacionadas aos conhecimentos culturais das comunidades e revelam a participação ativa das crianças na vida social. Brito e Santana (2024) reforçam que a formação infantil ocorre também nas relações familiares, comunitárias e intergeracionais, por meio da oralidade, dos cuidados e dos saberes

tradicionais. Essas abordagens favorecem uma leitura da criança ribeirinha como sujeito culturalmente situado e participante da produção de conhecimentos.

O protagonismo infantil também aparece como elemento relevante. Fernandes e Nascimento (2022) demonstram a importância de considerar as próprias percepções das crianças sobre si mesmas e sobre as comunidades onde vivem. Essa perspectiva permite deslocar a criança da condição de mero objeto de pesquisa para a posição de interlocutora e participante do processo de produção do conhecimento. Ao mesmo tempo, Mendes et al. (2024) evidenciam que crianças ribeirinhas convivem com vulnerabilidades concretas relacionadas às condições socioeconômicas, sanitárias e ao acesso desigual a serviços públicos.

Assim, vulnerabilidade e protagonismo não devem ser tratados como categorias excludentes. Uma mesma criança pode estar inserida em condições estruturais de desigualdade e, simultaneamente, apresentar vínculos comunitários, conhecimentos, práticas culturais e formas próprias de participação. Correia (2025) e Silva e Cruz (2022) ajudam a compreender que o desafio consiste justamente em evitar tanto a redução da criança ribeirinha às carências quanto sua romantização.

Com base nesse referencial, o estudo considera como categorias analíticas iniciais a criança vulnerável, a criança do território, a criança trabalhadora, a criança estudante, a criança culturalmente situada, a criança protagonista e a criança sujeito de direitos. Essas categorias não são entendidas como identidades fixas, mas como formas pelas quais a produção acadêmica pode tornar determinadas dimensões das infâncias ribeirinhas mais visíveis do que outras. Desse modo, o foco do artigo não é definir quem é a criança ribeirinha, mas compreender como a ciência vem construindo e disputando diferentes modos de representá-la.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura analítica das produções selecionadas permitiu organizar os achados em quatro núcleos principais de representação: a criança em situação de vulnerabilidade e sujeito de direitos; a criança vinculada ao território e à cultura; a criança estudante e trabalhadora; e a criança protagonista e produtora de saberes. Essas categorias não aparecem de maneira isolada, pois uma mesma pesquisa pode produzir diferentes imagens da infância ribeirinha. Correia (2025) ressalta que compreender as infâncias amazônicas

requer reconhecer sua pluralidade e as crianças como sujeitos sociais inseridos nos territórios das águas, dos campos e das florestas. Os resultados evidenciam, assim, que a produção acadêmica não apresenta uma concepção única de criança ribeirinha.

No primeiro núcleo, sobressai a representação da criança marcada por desigualdades sociais e dificuldades de acesso a direitos. Mendes et al. (2024) identificam condições socioeconômicas, sanitárias e territoriais que interferem na saúde de crianças e adolescentes de comunidades ribeirinhas amazônicas. Mar (2025), ao estudar infância e trabalho em comunidades do Amazonas, evidencia ainda a presença das crianças em atividades familiares e situações que podem alcançar o campo da violação de direitos.

Essas pesquisas tornam visíveis problemas concretos, porém a análise do conjunto indica a necessidade de evitar que a vulnerabilidade se transforme na única chave interpretativa dessas infâncias, reduzindo as crianças às suas carências.

Em outra direção, emerge com força a representação da criança do território e culturalmente situada. Franco e Ponce (2022) demonstram que os territórios ribeirinhos desempenham função educativa e participam da formação integral das crianças. Brito e Marques (2021), ao analisarem brincadeiras e saberes culturais na Amazônia amapaense, mostram que as crianças se apropriam de elementos da comunidade e também participam da produção da cultura.

As categorias de criança estudante e criança trabalhadora revelam uma tensão semelhante. Mar (2025) demonstra que a participação nas atividades familiares pode integrar processos de aprendizagem e socialização, mas também exige atenção aos limites estabelecidos pela proteção dos direitos infantis.

Em síntese, o principal resultado consiste na coexistência e na disputa entre representações centradas na vulnerabilidade e perspectivas que reconhecem territorialidade, cultura, agência e protagonismo. A análise indica, portanto, que uma compreensão mais abrangente das crianças ribeirinhas amazônicas precisa articular direitos e vulnerabilidades às suas capacidades de participação, produção de saberes e pertencimento territorial, evitando tanto sua vitimização permanente quanto uma visão romantizada dessas infâncias.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a produção acadêmica sobre crianças ribeirinhas amazônicas constrói diferentes concepções de infância, entre as quais se destacam a criança vulnerável, a criança vinculada ao território, a criança trabalhadora, a criança estudante, a criança culturalmente situada, a criança protagonista e a criança sujeito de direitos. Essas representações não aparecem de forma isolada, mas se sobrepõem conforme o enfoque teórico e metodológico de cada estudo.

Os resultados mostram uma tensão entre pesquisas que enfatizam desigualdades, dificuldades de acesso a direitos e condições de vulnerabilidade e outras que valorizam território, cultura, saberes, participação e protagonismo infantil. Essa coexistência demonstra que a infância ribeirinha não pode ser reduzida nem às carências sociais nem a uma visão romantizada dos modos de vida amazônicos.

Outro aspecto relevante é que a forma como a pesquisa é realizada interfere diretamente na representação construída sobre as crianças. Estudos que incorporam suas próprias narrativas e percepções ampliam a compreensão sobre suas experiências, enquanto pesquisas centradas exclusivamente nas falas de adultos podem limitar a visibilidade da agência infantil.

Como contribuição científica, o estudo possibilita reconhecer tendências e lacunas da produção acadêmica recente, além de reforçar a necessidade de abordagens mais sensíveis às especificidades territoriais, sociais e culturais das infâncias amazônicas. Também pode subsidiar novas pesquisas, práticas educativas e políticas públicas voltadas às populações ribeirinhas.

Recomenda-se que estudos futuros ampliem a participação direta das crianças nas pesquisas e aprofundem questões relacionadas a território, escolarização, trabalho, deficiência, direitos e transformações ambientais. Conclui-se que compreender como a ciência representa as crianças ribeirinhas é também refletir sobre os lugares que lhes são atribuídos na produção do conhecimento, favorecendo uma leitura mais plural e complexa das infâncias amazônicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Ensaio cartográfico sobre a infância: o desafio da pesquisa com crianças da Amazônia paraense. **Humanidades & Inovação,** Palmas, v. 7, n. 15, p. 32-49, 2020.

ANDRADE, Simei Santos. Vivências culturais: narrativas fantásticas das crianças ribeirinhas da Amazônia marajoara. **Revista Sentidos da Cultura,** v. 7, n. 12, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Ofício Circular nº 17/2022/CONEP/SECNS/MS, de 5 de julho de 2022: orientações acerca do artigo 1º da Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Can I use TA? Should I use TA? Should I not use TA? Comparing reflexive thematic analysis and other pattern-based qualitative analytic approaches. **Counselling and Psychotherapy Research**, v. 21, n. 1, p. 37-47, 2021. DOI: 10.1002/capr.12360.

BRITO, Angela do Céu Ubaiara; MARQUES, Maria Carolina Henrique. Culturas infantis na Amazônia amapaense: o brincar das crianças e os saberes culturais. **Humanidades & Inovação, Palmas**, v. 8, n. 68, p. 82-93, 2021.

BRITO, Angela do Céu Ubaiara; SANTANA, Ramon de Oliveira. Saberes, cuidados e educação na primeira infância: estudo etnográfico em comunidades tradicionais da Amazônia. **Educação**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, e45467, 2024. DOI: 10.15448/1981-2582.2024.1.45467.

BYRNE, David. A worked example of Braun and Clarke's approach to reflexive thematic analysis. **Quality & Quantity**, v. 56, p. 1391-1412, 2022. DOI: 10.1007/s11135-021-01182-y.

CARMO, Eunapio Dutra do; SANTOS, Andréa Benedita Ferreira dos. Educação, cultura e infância ribeirinha: a floresta e o rio como território de formação no Marajó. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 17, n. 3, 2024.

CORREIA, Maria Aparecida Antero. Um olhar possível para pesquisas com bebês e crianças nas Amazônias a partir da Sociologia da Infância. Instrumento: **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 27, 2025.

CRUZ, Fabielle Rocha; FERREIRA, Jacques de Lima. Estudos de revisão em Educação: Estado da Arte e Revisão Sistemática. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 30, e11512, 2023. DOI: 10.5335/rep.v30i0.11512.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos; NASCIMENTO, Ingrid Dias. A visão das crianças ribeirinhas com deficiência sobre si e sobre a comunidade. **Zero-a-Seis,** Florianópolis, v. 24, n. esp., p. 663-684, 2022. DOI: 10.5007/1518-2924.2022.e82942.

FRANCO, Zilda Glaucia Elias; PONCE, Branca Jurema. Diálogo entre currículo e territórios das crianças ribeirinhas. **Debates em Educação**, Maceió, v. 14, n. esp., p. 421-444, 2022. DOI: 10.28998/2175-6600.2022v14nEspp421-444.

LEAL, Gyane Karol Santana. **A infância ribeirinha no Amazonas**: o remanso da travessia na vida e na escola da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré em Parintins. 2023. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

MAR, Cristiane da Rocha. **Infância e trabalho na Amazônia**: realidade de crianças ribeirinhas no município de Novo Aripuanã, Amazonas. 2025. 148 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025.

MENDES, Vanessa Alves; ARAÚJO, Laís Xavier; PEREIRA, Priscilla Perez da Silva; FREITAS, Jeanne Lúcia Gadelha de; CARVALHO, Dario Pires de; BASTOS, Wanderley Rodrigues. Condição de saúde infanto-juvenil em comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira: estudo transversal. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, 2024. DOI: 10.1590/1414-462X202432010234.

MOROSINI, Marilia Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 55, p. 69-81, 2021. Os dados de volume e páginas também são confirmados pelo Centro de Estudos em Educação Superior da PUCRS

PAIM, Viviane Catarini; FABRIS, Elí Terezinha Henn; LOCATELLI, Tiago. Revisão de literatura: um ritual necessário para a qualificação da pesquisa científica e conhecimento do objeto de pesquisa. **Educação**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, e44634, 2023. DOI: 10.15448/1981-2582.2023.1.44634. O artigo está disponível em acesso aberto pela PUCRS.

REIS, Daniela Castro dos; SANTOS, Thamyris Maués dos; AFONSO, Tatiana; SILVA, Simone Souza da Costa; PONTES, Fernando Augusto Ramos. O uso do tempo de crianças no contexto urbano e ribeirinho na Amazônia. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 16, n. 1, p. 1-13, 2021.

SANTOS, Ana Cristina de Sousa dos; RIBEIRO, Eliane do Socorro Oliveira; FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. Educação especial dos campos e as crianças ribeirinhas: uma reflexão interseccional. **Revista Cocar**, Belém, n. 21, 2023.

SILVA, Lucia Isabel; CRUZ, Valter do Carmo. Infâncias e juventudes amazônicas: subjetividade e território desde uma perspectiva descolonial. **DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, Rio de Janeiro, n. 33, 2022. DOI: 10.54948/desidades.v0i33.55112.

SOUZA, Itamar Cunha de; GONÇALVES, Rafael Marques. Entre rios, barrancos e igarapés: um estado da arte sobre currículo e práticas escolares em comunidades ribeirinhas. **Revista Exitus**, Santarém, v. 15, 2025. DOI: 10.24065/re.v15i1.2839.

ISSN: 2358-8829

VASCONCELOS, Jeyse Sunaya Almeida de; COSTA, Sinara Almeida da. Infâncias e crianças ribeirinhas da Amazônia paraense: brincadeiras reveladas no seu cotidiano como elemento da organização do meio social educativo na educação infantil. **Revista Amazônida**, Manaus, v. 9, n. 1, p. 1-23, 2024. DOI: 10.29280/rappge.v9i1.12231.